

Alerta Legislação nº 40, de 03 a 08 out. 2022

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 11.219, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da [Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010](#), para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

06/10/2022

DECRETO Nº 11.220, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Cultural, instituída pelo art. 34 da [Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991](#).

DECRETO Nº 11.219, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta o art. 1º-A, o art. 3º, o art. 4º, o art. 5º e o art. 5º-A da [Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010](#), para dispor sobre as transferências obrigatórias de recursos financeiros da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres.

DECRETO Nº 11.218, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Policial Rodoviário Federal, nos termos do disposto no art. 73, caput, inciso V, alínea "d", da [Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997](#).

**Atos do Congresso
Nacional (CN)**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 124, DE 2022 (*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Proteção de

	Informação Classificada e Materiais, assinado em Tel Aviv, em 24 de novembro de 2010, e o texto de sua Emenda, firmada em Tel Aviv e Brasília, em 6 de junho de 2018. (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 10/8/2022. <u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 73, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.118, de 17 de maio de 2022, que "Altera a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, que define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, ainda que as operações se iniciem no exterior", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de setembro de 2022. Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional <u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 72, DE 2022</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.133, de 12 de agosto de 2022, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 5 de outubro de 2022 Senador RODRIGO PACHECO Presidente da Mesa do Congresso Nacional
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução CNPE nº 15, de 24 de junho de 2019, que define as metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis.
Ministério da Cidadania	SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/SEDS/SENARC/MC, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Antecipa o calendário anual de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Auxílio Brasil referente ao mês de outubro

	de 2022.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL <u>RESOLUÇÃO Nº 55, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Atualiza o texto da Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais em Atividades de Ensino ou de Pesquisa Científica - DBCA
Ministério da Economia	GABINETE DO MINISTRO (GM) → Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 254, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022</u> Estabelece diretrizes para o apoio aos entes subnacionais na estruturação de projetos de concessão e parceria público-privada dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos. <u>RESOLUÇÃO CPPI Nº 253, DE 20 DE SETEMBRO DE 2022</u> Estabelece diretrizes para o apoio aos entes subnacionais na estruturação de projetos de parceria público-privada para iluminação pública. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA PGFN/ME Nº 8.798, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Disciplina o Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN, que estabelece medidas excepcionais de regularização fiscal a serem adotadas para o enfrentamento da atual situação transitória de crise econômico-financeira e da momentânea dificuldade de geração de resultados por parte dos contribuintes. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.109, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Disciplina a suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes nas vendas no mercado interno de óleo combustível do tipo bunker destinado à navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo e da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes na sua importação. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.108, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades a que se refere o inciso III do art. 34 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.107, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, que dispõe sobre normas gerais de tributação aplicáveis às contribuições sociais destinadas à Previdência Social e a outras

	entidades ou fundos, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.893, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R\$ 616.054.371,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.822, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito suplementar no valor de R\$ 800.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.816, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores e da Infraestrutura, e do Banco Central do Brasil, crédito suplementar no valor de R\$ 348.005.467,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.756, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022</u> Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Previdência, crédito suplementar no valor de R\$ 39.600.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.684, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação; da Justiça e Segurança Pública; da Saúde; da Infraestrutura; da Defesa; do Desenvolvimento Regional; e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 152.796.479,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA SETO/ME Nº 8.683, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de R\$ 101.115.985,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Ministério da Educação	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Básica (CEB) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC.

Ministério da Justiça e Segurança Pública	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR → Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual <u>RESOLUÇÃO GAB/SENACON/MJSP Nº 9, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022</u> Institui o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria - Destaques do Ano
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS <u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre a pulverização de agrotóxicos por aeronaves para prevenção e reparação de violações de direitos humanos.
Ministério da Saúde	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 3.662, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o repasse dos recursos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional para o exercício de 2022. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 546, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022</u> Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória dos procedimentos Terapia medicamentosa injetável ambulatorial (com diretriz de utilização), Transplante hepático (receptor e doador vivo ou doador falecido), Acompanhamento clínico ambulatorial pós-transplante hepático, Acompanhamento clínico de transplante hepático no período de internação do receptor e do doador, Citomegalovírus após transplante de rim, medula óssea ou fígado por reação de cadeia de polimerase (pcr) - pesquisa quantitativa e Vírus epstein barr após transplante de rim ou fígado por reação de cadeia de polimerase (pcr) - pesquisa quantitativa e do medicamento antineoplásico oral Regorafenibe para o tratamento de pacientes adultos com câncer colorretal (CCR) metastático; em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 6º, 7º, 8º e 10 do art. 10 da Lei nº 9.656/1998. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 753, DE 28 DE SETEMBRO DE 2022</u> Dispõe sobre o registro de medicamentos de uso humano com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, inovadores, genéricos e similares. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 735, DE 13 DE JULHO DE 2022 (*)</u> Dispõe sobre o controle da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha, e dá outras providências. (*) Republicada por incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 133, de 15 de julho de 2022, Seção 1, pág. 128. SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA SAES/MS Nº 409, DE 11 DE AGOSTO DE 2022 (*)</u>

	Inclui, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e na Tabela de Procedimentos do SUS, atributos relativos à Qualidade do Processo de Doação e Transplantes (QUALIDOT). (*) Republicada por ter saído no Diário Oficial da União nº 183, de 26 de setembro de 2022, Seção 1, páginas 103 a 106, com incorreções no original. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) <u>PORTARIA SVS/MS Nº 33, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Institui a Câmara Técnica Assessora para a Vigilância de Anomalias Congênitas.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
07/10/2022	<u>DECRETO Nº 67.160, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022</u> Ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975
06/10/2022	<u>DECRETO Nº 67.155, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS <u>DECRETO Nº 67.154, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS <u>DECRETO Nº 67.153, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022</u> Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 64.644, de 5 de dezembro de 2019, que regulamentou a Lei nº 17.149, de 13 de setembro de 2019, que instituiu o Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista
05/10/2022	<u>DECRETO Nº 67.151, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Regulamenta a Lei nº 17.557, de 21 de julho de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Regularização de Terras e dá outras providências
04/10/2022	<u>DECRETO Nº 67.146, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde (SCPDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO 10, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Segurança da Comunicação de Risco <u>RESOLUÇÃO 9, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Saúde Única <u>RESOLUÇÃO 8, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Doenças Transmitidas por Vetores <u>RESOLUÇÃO 7, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Pesquisa Clínica <u>RESOLUÇÃO 6, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Vigilância Epidemiológica <u>RESOLUÇÃO 5, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Medicamentos <u>RESOLUÇÃO 4, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Vacinas <u>RESOLUÇÃO 3, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Saúde Digital <u>RESOLUÇÃO 2, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Doenças Raras <u>RESOLUÇÃO 1, DE 27-7-2022</u> Dispõe sobre a criação do Núcleo de Investigação e Diretrizes para o Manejo de Bactérias Multirresistentes e Rastreamento de Implantes Médicos
Educação (SEDUC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC 77, DE 5-10-2022</u> Define os critérios que devem ser observados para que estudantes das redes municipais possam ter subsidiada a sua participação no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar - SARESP/2022. <u>RESOLUÇÃO SEDUC 76, DE 4-10-2022</u> Altera a Resolução SEDUC 75, de 27-08-2021, que Regulamenta o <u>Decreto nº 65.812, de 23 de junho de 2021</u>, alterado pelo <u>Decreto nº 65.945, de 23 de agosto 2021</u>, que regulamenta o Programa Bolsa do Povo, instituído pela <u>Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021</u>, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH) <u>PORTARIA CGRH 12 DE 0-10-2022</u> EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA

	ENSINO INTEGRAL EM 2023
Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-62, DE 03-10-2022</u> Altera a Resolução SFP 53/22, de 19 de agosto de 2022, que dispõe sobre a 4ª Rodada de Autorização para Transferência de Crédito Acumulado no âmbito do Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado – ProAtivo. <u>PORTARIA SRE Nº 84, DE 05-10-2022</u> Estabelece o limite para utilização, como crédito, de ICMS indevidamente pago por destaque a maior em documento fiscal, e dispõe sobre pedidos de restituição ou compensação do imposto. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL – Coordenadoria de Fiscalização, Cobrança, Arrecadação, Inteligência de Dados e Atendimento <u>COMUNICADO DICAR-73, DE 03-10-2022</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de setembro de 2022. <u>COMUNICADO DICAR-72, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS. <u>COMUNICADO DICAR-71, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de ICMS. <u>COMUNICADO DICAR-70, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas. <u>COMUNICADO DICAR-69, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de Taxas <u>COMUNICADO DICAR-68, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de Multas Infracionais de IPVA e de ITCMD. <u>COMUNICADO DICAR-67, DE 03-10-2022</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-10-2022 para os débitos de ITCMD e de IPVA.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 40, DE 4 DE OUTUBRO DE 2022</u> Institui Grupo de Trabalho visando à elaboração de modelos de editais e instrumentos de parcerias para a aplicação da <u>Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014</u>(*), no Estado de São Paulo (*) Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as

	<i>organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU) <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-30/2022 DE 04/10/2022</u> (...) Estende a licença paternidade prevista no art. 108 do Esunicamp ao servidor celetista e o prazo da licença por adoção ou guarda judicial para os servidores da Unicamp.
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/10/2022	OFÍCIO GABINETE DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO São Paulo, 6 de outubro de 2022 <u>ATG/OFÍCIO GG. RG. Nº 27/2022</u> SEGOV-EXP-2022/06770 Senhor Presidente Tenho a honra de comunicar a essa Augusta Assembleia, por intermédio de Vossa Excelência, que estarei ausente no período de 8 a 12 de outubro de 2022. Por esta razão, durante o referido intervalo temporal, nos termos do artigo 40 da Constituição do Estado, Vossa Excelência honrará os paulistas no exercício da primeira magistratura. Na oportunidade, reitero meus protestos de consideração e apreço. RODRIGO GARCIA - Governador do Estado A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual CARLOS EDUARDO PIGNATARI Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 08/10/2022, p. 1 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) <u>COMUNICADO GP Nº 61/2022</u> Prazo-limite para regularização de Conselhos e Fundos Municipais destinados ao recebimento de doações de recursos do Imposto de Renda (IR) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, considerando a oportunidade de dar a mais ampla e geral divulgação do prazo de regularização de Conselhos e Fundos Municipais para recebimento de doações de recursos do Imposto de Renda (IR), conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e na Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que instituiu o Fundo Nacional do Idoso, COMUNICA que os Municípios têm até o dia 15 de outubro deste ano para regularizar ou cadastrar os Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa e da Infância e Adolescência destinados ao recebimento de doações do Imposto de Renda em 2023. (...) DOE, Legislativo, 08/10/2022, p. 5

07/10/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 582, DE 2022</u> Institui o Dia de Conscientização sobre Síndrome de DiGeorge ou Síndrome de Deleção 22q11.2
06/10/2022	PROJETOS DE LEI SUPLEMENTO EXPEDIENTE DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 <u>PROJETO DE LEI Nº 578, DE 2022</u> PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023 DOE, Legislativo, Suplemento, 06/10/2022, p. 1 <u>PROJETO DE LEI Nº 581, DE 2022</u> Altera a Lei nº 10.874, de 10 de setembro de 2001 , que estabeleceu a obrigatoriedade de identificação dos usuários dos serviços rodoviários intermunicipais de transporte coletivo de passageiros. DOE, Legislativo, 06/10/2022, p. 1
05/10/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 580, DE 2022</u> Institui o programa estadual de acompanhamento pré-natal e pós-parto no caso de gestante no Transtorno do Espectro Autista - TEA no estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 05/10/2022, p. 1
04/10/2022	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 579, DE 2022</u> Autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente DOE, Legislativo, 04/10/2022, p. 1
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
07/10/2022	SUPLEMENTO EDITAIS FAZENDA <u>DEPARTAMENTO DE CADASTROS - DECAD</u> EDITAL 037/22 - EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (...)

04/10/2022

DECRETO Nº 61.859, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Dispõe sobre as competências para comunicação e autorização do manejo arbóreo, nas situações que especifica; regulamenta os artigos 23 a 27, da [Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022](#).

DECRETO Nº 61.857, DE 3 DE OUTUBRO DE 2022

Regulamenta o artigo 1º-A da [Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020](#), acrescentado pela [Lei nº 17.695, de 22 de outubro de 2021](#), que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA) no âmbito do Município de São Paulo

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva

maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido

sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>